
**13ª. Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do
TAC do caso Hydro**

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 13ª Reunião Preparatória do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Eduardo Henrique Ferreira Gonçalves (Acesso Jurídico do Ministério Público Federal), membro titular; Maria Olívia Pessoni Junqueira (Procuradora do Ministério Público Federal), membro suplente; José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro titular; Eduardo Romano Bustamante (Norsk Hydro Brasil), membro titular; Mário Santos (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro titular; Vera Nascimento (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro suplente; Jackeline Sales (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 2), membro titular; Leandro Mendes Azevedo (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 3), membro titular; Gracilene Barreto (Representante da Sociedade Civil – Região de Interesse 3), membro suplente; Marcelo Moreno (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS), membro suplente. Também estiveram presentes como convidados: Ricardo Negrini (Procurador do MPF), membro da força tarefa do caso Hydro; Rafael Novaes (Área de suprimentos da Hydro), convidado da Hydro; Yasmin de Lima, técnica em gestão de meio ambiente (Semas). Além destes participantes, representando a Secretaria Executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Lanna Beatriz Lima Peixoto, Daltro Paiva e Paulo Pantoja (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 20 de janeiro de 2021, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 10 de dezembro de 2020. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais e a utilização da plataforma Zoom. Dando início aos trabalhos, é declarada a Abertura da 13ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Informes:** neste momento são apresentados os novos membros eleitos da Sociedade Civil da Região 3, Leandro Mendes Azevedo, como titular, e Gracilene Barreto, como suplente. Também são apresentados os novos membros representantes do Ministério Público Federal, Eduardo Henrique Gonçalves, como titular, e a procuradora Maria Olívia Junqueira, como suplente. Os membros dão boas-vindas aos novos representantes e passam para **1.2) Aprovação das ATAS das Reuniões anteriores.** A ata da reunião do dia 25.11.2020 não foi aprovada na reunião do mês de dezembro por conta do curto espaço de tempo entre as reuniões. Pequenos ajustes de redação foram sugeridos pelos membros via e-mail e a ata foi considerada aprovada. A ata da reunião do dia 10.12.2020 recebeu somente uma sugestão de ajuste, os membros

a consideram aprovada. **1.3) Leitura dos encaminhamentos pendentes:** Edane Acioli faz uma atualização breve dos encaminhamentos pendentes: **1.3.1) Análise e aprovação dos Termos de Referência para contratação das auditorias pela Semas.** Acerca do item 2.1.6 ao 2.1.9 do TAC, referente ao “Monitoramento: águas superficiais e subterrâneas; balneabilidade das praias; qualidade do ar e das águas das praias”, que aguardava indicação de fiel depositário dos equipamentos a serem utilizados nesta auditoria, foi informado que os signatários do TAC deram parecer favorável ao Instituto Federal do Pará – Campus Abaetetuba. Ainda **está pendente de avaliação pelos signatários a Universidade do Estado do Pará – Campus Barcarena.** Sobre o item 3.1 do TAC, “Auditoria de segurança e estabilidade dos depósitos de resíduos sólidos”, que estava condicionada à licença de operação do DRS2, foi informado que o termo de referência foi aprovado pelos membros da Semas no Comitê Técnico, **ficando pendente a assinatura final do setor da Semas responsável pela análise, para encaminhamento da nota técnica de aprovação às partes.** Sobre os itens 4.1, “Auditoria da segurança do processo produtivo”, e 5.1, “Auditoria do plano de ação de emergencial”, informou-se que os termos de referência foram aprovados pela Semas.

1.3.2) Resposta às questões dos membros e sociedade civil acerca do Item 2.1.4 do TAC, investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável: As questões endereçadas à empresa Hydro foram respondidas por Eduardo Bustamante no dia 25.11.2020 e, complementadas por Edson Maciel no dia 06.01.2021, **ficando pendentes de respostas as questões apresentadas à Prefeitura Municipal de Barcarena e à Agência Reguladora.**

1.3.3) Solicitação de esclarecimentos aos signatários acerca das visões dos membros do CA sobre a citação do Comitê Técnico no Regimento Interno do CA. Esta questão estava pendente de respostas pelos signatários. Eduardo Bustamante informa que, na avaliação da Hydro, o Comitê Técnico pode ser citado no Regimento Interno, conforme a redação de parágrafo sugerida pelos membros na última reunião do CA. Ricardo Negrini diz que não há impedimento da participação do Comitê Técnico no Comitê de Acompanhamento, tendo em vista que o próprio texto relativo ao aditivo do TAC, que prevê a composição do Comitê Técnico, cita como uma de suas atribuições o atendimento ao Comitê de Acompanhamento. Por isso, é possível haver a citação do Comitê Técnico no Regimento, tendo sua participação condicionada à demanda e avaliação da possibilidade de atendimento pelos signatários. Assim, **fica aprovado o parágrafo do Regimento Interno em questão.** Os membros passam para o tratamento do segundo ponto de pauta: **2. Atualização de itens do TAC.** O primeiro item a ser tratado foi o **2.1 Retorno das atividades da Práxis.** Ricardo Negrini informa que houve uma reunião dos signatários na semana anterior, onde foi confirmado a necessidade de se manter o adiamento das atividades. Foi solicitado à Práxis um planejamento para a realização dos serviços neste momento de pandemia, com procedimentos que pudessem reduzir ao máximo os riscos e permitir a efetivação do trabalho. A empresa apresentou um planejamento, mas, os signatários avaliaram que, mesmo aplicando as novas medidas, ainda seria necessário um trabalho de campo por conta da verificação in loco dos endereços, o que mantém os riscos às famílias visitadas e aos funcionários da Práxis. Por isso, concluíram que não será possível o retorno das atividades, considerando, ainda, a piora na situação da

pandemia. Edane Acioli questiona sobre a peça de comunicação sobre o adiamento das atividades, pendente de publicação. Ricardo Negrini diz que o comunicado dado por ele nesta reunião pode ser divulgado e que, caso a Hydro não faça a divulgação, ele providenciará com a assessoria do próprio MPF. Eduardo Bustamante informa que a Hydro **atualizará o comunicado acerca do adiamento das atividades da Práxis já validado entre as partes e que compartilhará até sexta-feira dia 29/01/2021**. Jackeline Sales expõe questões colocadas pelas comunidades sobre o retorno das atividades e as cobranças feitas aos representantes do CA. Jackeline Sales reflete como a pandemia vem adensando a necessidade dos moradores e suas cobranças pela efetivação do benefício. Ricardo Negrini elenca os riscos atrelados à efetivação do trabalho da Práxis e reafirma o posicionamento do MPF por medidas mais rígidas de distanciamento social, informando sobre os esforços da instituição para conter o avanço da pandemia, o que caracterizaria como contraditória uma posição pelo retorno das atividades. Ricardo Negrini reitera a necessidade de um comunicado às comunidades. Vera Nascimento expõe problemas relacionados ao trabalho da empresa Práxis, como a demora para efetivar o cadastro das famílias e o pagamento de pessoas que não se encaixam no perfil de beneficiários. Ricardo Negrini defende que denúncias de fraude sejam enviadas ao Ministério Público, mas, informa que até o momento nenhuma denúncia concreta e com comprovações envolvendo o trabalho da Práxis foi enviada ao órgão. Vera Nascimento questiona ao MPF qual a origem do recurso destinado ao pagamento da Práxis. Ricardo Negrini informa que o recurso é oriundo da empresa Hydro, que contabiliza o valor dentro dos 65 milhões estipulados para o pagamento dos cartões-alimentação às famílias moradoras do entorno da empresa em 2018. O procurador expressa o posicionamento contrário do MPF sobre este entendimento, e que esta divergência ainda está pendente entre o órgão e a empresa, assim, optaram para retornar a questão depois do cadastro e pagamento da terceira fase. Ricardo Negrini afirma que, caso não haja mudança no posicionamento da Hydro, o MPF irá recorrer à justiça para resolução da questão. Jackeline Sales enfatiza a necessidade de retorno das atividades da Práxis e a readequação da metodologia para efetivação do trabalho, mesmo durante a pandemia. Os membros da sociedade civil relatam outros casos de recebimento indevido do cartão-alimentação por pessoas que não se encaixavam no perfil dos beneficiários. Maria Olívia Personi informa que as denúncias feitas pelos membros foram registradas e um pedido de esclarecimento será feito à Práxis, sobre como estes casos estão sendo tratados. Posteriormente dá-se início a discussão do próximo item: **2.2 Apresentação do fluxo para a contratação das auditorias**. Eduardo Bustamante apresenta Rafael Novaes, da área de suprimentos da empresa Hydro, que apresentou os fluxos de seleção e contratação das auditorias e sugere que, caso haja dúvidas que não possam ser respondidas naquele momento, que sejam sistematizadas e endereçadas aos signatários para serem respondidas em um prazo previamente estipulado. Rafael Novaes diz que a contratação começa a partir da aprovação e publicação dos termos de referência que estão em discussão entre as partes. Assim, dá-se início ao processo de compras, como uma concorrência pública, a partir de um edital lançado no sistema da empresa Hydro. Poderão participar deste processo licitatório qualquer empresa que tenha vínculo com a execução do serviço a ser prestado. Assim, as empresas apresentam a documentação básica para análise e verificação da idoneidade das concorrentes. A partir disto, há uma pré-seleção das candidaturas e

aquelas que cumprirem os requisitos básicos para contratação, em nível de documentação e elegibilidade, serão apresentadas aos signatários. Depois desta fase, as empresas pré-selecionadas serão convidadas a elaborar uma proposta técnica e comercial de acordo com o serviço que será desenvolvido. As propostas técnicas serão discutidas dentro do Comitê Técnico e serão escolhidas as empresas que se mostrarem aptas tecnicamente. Posteriormente passa-se a um processo de negociação comercial para possíveis ajustes de preços para o alinhamento entre a parte técnica e comercial. A lista de empresas escolhidas nesse processo volta aos signatários e ao Comitê Técnico para uma decisão final. Quando a empresa for escolhida de forma definitiva, será feita uma reunião de pré-trabalho, quando será decidida uma data de início do serviço e um cronograma de execução. Rafael Novaes explica que a contratação envolve uma série de pessoas em suas várias etapas e se caracteriza como um processo crucial, para garantir a idoneidade da empresa a ser contratada. Jackeline Sales pergunta, se o edital será publicado somente no site da Hydro. Esta representante questiona, ainda, se a participação da sociedade civil em alguma dessas etapas foi pensada e se a academia poderá participar da seleção. Rafael Novaes responde que a divulgação será feita no site da própria empresa e que a pré-seleção terá como responsável um fornecedor da empresa que trabalha somente com contratações e receberá as propostas dando prosseguimento ao processo. Ele também esclarece que só poderão participar do processo de concorrência as empresas registradas com CNPJ. Mário Santos pede maiores esclarecimentos sobre a avaliação das propostas pelo Ministério Público e Comitê Técnico. Questiona se no estado do Pará há empresas que possam participar da seleção e se as empresas paraenses têm preferência neste processo. Mário Santos pergunta também como se dará o diálogo e acompanhamento deste processo pela sociedade civil. Vera Nascimento questiona o que é esta contratação, qual trabalho será desenvolvido nas comunidades e qual a origem do recurso que pagará essas empresas. Edane Acioli lembra que estas auditorias independentes se referem aos estudos a serem desenvolvidos nas comunidades para averiguação dos problemas decorrentes dos eventos de fevereiro de 2018, que serão contratadas a partir da publicação dos termos de referência que estão em discussão entre os signatários. Eduardo Bustamante enfatiza a importância do espaço do Comitê de Acompanhamento para o diálogo e o acompanhamento da sociedade civil na execução das auditorias. Neste espaço serão compartilhadas informações sobre as contratações e sobre o trabalho das empresas selecionadas para os estudos pelos membros signatários. Sobre a questão de Mário Santos sobre as empresas locais, Eduardo diz que é de suma importância a participação no processo de seleção de empresas locais que possam atender à demanda. Ele cita como exemplo o processo de contratação do IEB para a execução do trabalho de Secretaria Executiva, quando Ricardo Negrini defendeu a relevância da escolha de uma instituição que já desenvolvesse trabalhos na região e esta prática também será tomada no processo de contratação das auditorias. Sobre os prazos e fluxos da contratação, Eduardo Bustamante informa que a empresa Hydro só aguarda a finalização da discussão acerca dos termos de referência para dar início ao processo de seleção. Jackeline Sales pergunta se essas etapas já foram apresentadas ou se já estão fechadas e se ainda podem receber sugestões. Jackeline Sales pede mais detalhes sobre o perfil das auditorias, sobre os termos de referências, sobre os prazos de contratação e execução do contrato, entre outros, enfatizando a

necessidade de participação da sociedade civil neste processo. Sobre a participação da sociedade civil, Eduardo Bustamante diz que esta é justamente a ideia do Comitê de Acompanhamento e, também, da exposição desse processo nesta reunião. Ele destaca que as questões que estão sendo apresentadas pelos membros estão sendo registradas e serão levadas em consideração no diálogo entre os signatários. Eduardo Bustamante relembra que estes termos estão em fase de finalização e, como já havia sido discutido em reuniões anteriores, assim que finalizados, eles serão compartilhados com os membros do Comitê de Acompanhamento e discutidos em reunião. Acerca da possibilidade de sugestões para o processo de contratação e termos de referência, Eduardo Bustamante diz que este é um fluxo pré-estabelecido, mas, que tem abertura para sugestões. **A partir da apresentação feita sobre o fluxo de contratação, considerando as sugestões do Comitê de Acompanhamento, assim como foi feito em outros momentos, é possível encaminhá-las às partes signatárias, solicitando retorno das partes, informando se é possível incorporá-las.** Mário Santos questiona se as propostas das empresas poderiam ser apresentadas ao Comitê de Acompanhamento, guardando as informações sigilosas. Eduardo Bustamante responde que entende o questionamento de Mário como uma sugestão sobre a possibilidade de reporte contínuo sobre o avançar do processo de contratação ao CA para conhecimento e irá encaminhar a sugestão às partes signatárias. Assim, os membros seguem para o próximo ponto de pauta: **2.3 Plano de Aplicação do recurso das Multas pelo FEMA.** Edane Acioli introduz este tema convidando o representante da Semas a apresentar uma atualização acerca da elaboração do Plano de Aplicação do recurso e responder as questões colocadas pelos membros na última reunião que tratou do assunto. Marcelo Moreno dá início a sua exposição respondendo as questões apresentadas pelos membros. 1. Como está sendo operado atualmente a apresentação, habilitação, aprovação e acompanhamento da execução do que é financiado pelo FEMA? Marcelo Moreno explica que o recurso não está sendo operado e todo procedimento de aplicação ainda está em discussão. 2. O valor da multa do TAC fica em conta comum do Fundo e pode ser usado para outras despesas correntes ou esse valor ficar em uma conta separada, específica do TAC? Em resposta é informado que este valor não pode ser utilizado com despesas correntes ou qualquer outra despesa que não esteja prevista pelo TAC. 3. O Grupo Coordenador do FEMA já está em funcionamento? Caso sim, é possível disponibilizar a ata da posse com os nomes dos membros para conhecimento do Comitê? Marcelo Moreno informa que não há um grupo coordenador ou um conselho diretor do FEMA e que está sendo discutido atualmente a composição deste grupo, que provavelmente deve ter por volta de sete membros. Hoje, o ordenador de despesas diversas do FEMA é o Secretário José Mauro de Lima Ó de Almeida, que não é especificamente somente sobre o recurso do TAC, mas de todo o Fundo. 4. Como ter acesso às prestações de contas dos recursos recebidos e executados no FEMA a partir do depósito do valor das multas, visto que no site da SEMAS essa informação não está pública? Marcelo Moreno explica que, como o recurso oriundo das multas previsto no TAC não foi utilizado, portanto, não houve prestação de contas, mas, o recurso está rendendo e já tem maior valor do que foi pago. Este membro reconhece a necessidade de publicização, por parte da Semas, dos documentos referentes ao TAC. 5. Nesse caso das multas do TAC, houve a aplicação da regra de 70% do valor para a SEMAS e 30% do

valor para a Prefeitura de Barcarena, conforme diz a Lei Estadual do FEMA? Marcelo Moreno responde que, neste caso específico, esta norma não valerá. Os recursos oriundos do TAC serão destinados cem por cento para as ações nas comunidades a partir do que for estipulado no Plano de Aplicação. 6. Como será a construção do Plano de Aplicação? Marcelo Moreno diz que houve uma primeira tratativa entre a Semas e a Prefeitura de Barcarena antes da formação do CA, mas, que foram interrompidas ainda em fevereiro de 2020. Porém, internamente, a equipe que está acompanhando a execução do TAC discutiu a questão e sugeriu a **formação de uma comissão interna que incorpore membros do Comitê de Acompanhamento que possam contribuir com a construção do Plano de Aplicação em conjunto com a Semas**. Assim, poderá se garantir a transparência do processo e sua construção participativa. 7. Quais as comunidade/bairros que serão consideradas dentro da área de influência socioeconômica do empreendimento da PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA (Alunorte), conforme o texto do TAC? Marcelo Moreno esclarece que é preciso discutir, ainda, esta definição. Caso haja dificuldade de chegar a esta definição, que seja apresentado um laudo técnico elaborado pela empresa ou pela Prefeitura às áreas que devem ser beneficiadas. Jackeline Sales defende que seja definido como este plano será construído e como ocorrerá a participação da sociedade civil, que seja desenvolvido ao menos um primeiro desenho deste plano que possa ser apresentado ao Comitê de Acompanhamento, em seguida, às comunidades. Ela sugere que seja contratado um parceiro que possa desenvolver este trabalho junto à Semas. Marcelo Moreno diz que a Semas iniciou uma tratativa das sugestões da sociedade civil e da PMB, mas, que o apoio de um parceiro pode efetivar o processo. Jackeline Sales enfatiza sobre a questão do monitoramento prevista no TAC para investimento do recurso, que seja utilizada a mão-de-obra das comunidades. Marcelo Moreno se compromete a **incorporar as sugestões apresentadas na construção do plano de aplicação**. Informa também que **as últimas notas técnicas sobre os termos de referência serão encaminhadas nos próximos dias aos signatários e serão enviadas também à secretaria executiva para compartilhamento com os demais membros do CA**. Mário Santos agradece o retorno da Semas e destaca a importância do empenho de todos para que o Comitê de Acompanhamento efetive seu trabalho. Os membros fazem manifestações finais. Com o curto espaço de tempo restante, a discussão do ponto **3** da pauta, sobre o **Regimento Interno**, foi deixado para a próxima reunião. Eduardo Bustamante informa que a Hydro não tem pontos contrários à análise dos parágrafos enviada pela sociedade civil e se compromete com o envio da análise dos demais pontos do regimento por e-mail. Também sugere que a discussão do regimento seja priorizada e tratada como primeiro ponto de pauta na próxima reunião. Daltro Paiva entende que os parágrafos analisados pela sociedade civil e acatados pela Hydro já estão consensuados, podendo ser apenas lidos na próxima reunião, iniciando a discussão com os próximos parágrafos. Passa-se à definição do próximo ponto **4) Pauta e data da próxima reunião**. Os membros acordam que **na próxima reunião a pauta será o Regimento Interno e uma atualização do item 2.1.4 do TAC**. O encontro ocorrerá ainda em formato virtual, no **dia 24 de fevereiro de 2021, às 14:30h**. Finalizando a reunião, Edane Acioli agradece a participação de todos e todas. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17:50h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.